

Pão, política e pandemia no Brasil: entre aparências e ocultamentos

Pan, política y pandemia en Brasil: entre apariencias y ocultaciones

Bread, politics and pandemic in Brazil: between disclosures and concealments

Vanessa Daufenback Ramos¹, Denise Eugenia Pereira Coelho², Silvana Maria dos Santos³

RESUMO

Partindo de uma publicação feita pelo Ministério da Saúde brasileiro em suas redes sociais, que estimulava as pessoas a fazerem pão durante a pandemia, este ensaio foi desenvolvido partindo do pressuposto que o comer e o cozinhar são atos políticos. Assim, o argumento do presente texto é que a referida publicação desvela, em uma perspectiva ampla, a atuação política do governo frente à pandemia. Entende-se aqui o conceito de política como um campo de relações poder, que puderam ser evidenciadas a partir dos ocultamentos e aparências presentes na publicação, bem como a partir das manifestações por ela provocadas. Com a pretensa neutralidade de uma publicação dedicada a estimular uma prática alimentar saudável, a compreensão do cozinhar e do comer como atos políticos revelam precisamente essa impossibilidade - uma simples receita não consegue escapar à política, especialmente frente à desresponsabilização e à inação do governo federal no enfrentamento da pandemia.

Palavras-chave: Comida; Política; Pandemia; Fome; Direito humano à alimentação adequada

RESUMEN

Teniendo en cuenta una publicación realizada por el Ministerio de Salud de Brasil en sus redes sociales, que estimulaba a las personas a hacer pan durante la pandemia, este ensayo se desarrolló asumiendo la suposición que comer y cocinar son actos políticos. Por lo tanto, el argumento del presente texto es que la mencionada publicación revela, en una perspectiva amplia, el desempeño político del actual gobierno frente a la pandemia. El concepto de política es comprendido en este ensayo como un campo de relaciones de poder, que pudieran evidenciarse a partir de la ocultación y las apariencias presentes en la publicación, así como en las manifestaciones por ella provocadas. Con la supuesta neutralidad de una publicación dedicada a fomentar las prácticas de una alimentación saludable, la comprensión de cocinar y comer como actos políticos revela precisamente esa

¹ Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, Brasil. E-mail: vdaufen@gmail.com

² E-mail: deepcoelho@gmail.com

³ Universidade Positivo e Universidade Tuiuti do Paraná, Brasil. E-mail: silvanamsantos@hotmail.com

impossibilidade: una receta simple no puede alejarse a la política, principalmente ante la falta de responsabilidad y ante la inacción del gobierno federal frente a la pandemia.

Palabras Clave: Comida; Política; Pandemia; Hambre; Derecho Humana a la Alimentación Adecuada.

ABSTRACT

Based on a publication made by the Brazilian Ministry of Health on its social networks, which encouraged people to prepare bread during the pandemic, this essay was developed on the assumption that eating and cooking are political acts. Thus, the argument of the present text is that the aforementioned publication unveils, in a broad perspective, the government's political performance in the face of the pandemic. Here, the concept of politics is understood as a field of power relations, which were evidenced from the disclosures and concealments manifested in the publication, as well as from the reactions caused by it. With the alleged neutrality of a publication dedicated to encouraging healthy eating practices, understanding cooking and eating as political acts reveals precisely that impossibility - a simple recipe cannot escape from politics, especially due to the federal government's lack of responsibility and inaction in managing the pandemic.

Keywords: Food; Politics; Pandemics; Hunger; Human Right to Adequate Food.

Introdução

Na terça-feira de 14 de abril de 2020, de acordo com site de notícias G1 ⁽¹⁾, as secretarias estaduais de saúde contabilizavam 25.684 infectados e 1.552 mortes em todo o Brasil. Algumas semanas antes, a portaria n. 356 de 11 de março estabelecia medidas para o enfrentamento da pandemia de covid-19 ⁽²⁾. Conforme a transmissão comunitária se consolidou e o número de contaminados foi aumentando, questões como a necessidade de isolamento social, a alocação de recursos financeiros, a compra de testes e equipamentos, o recrutamento de recursos humanos e a capacidade instalada de leitos disponíveis passaram a pressionar governos federal, estaduais e de algumas grandes capitais por respostas rápidas, gerando incertezas e inseguranças em relação à capacidade de enfrentamento da pandemia.

A crise foi se intensificando, não somente pela gravidade do cenário sanitário e político, mas por uma crise econômica, que rapidamente elevou a informalidade, o desemprego e o desalento de classes pobres⁽³⁾ ⁽⁴⁾. Em meio a esse contexto de tensões, incertezas e ameaças, naquele mesmo 14 de abril, o Ministério da Saúde

(MS) surpreendentemente veiculou em suas redes sociais e em seu site, uma publicação onde convidava a população brasileira a fazer uma receita de pão. A postagem do Ministério, em meio a outras com orientações e informações sobre a COVID-19, trazia imagens explicando o passo a passo para fazer pão caseiro, sob seguinte legenda: *“Pão quentinho saindo do forno. Sentiu esse cheiro? Ele pode acontecer aí na sua cozinha! Aproveite esse tempo extra em casa para colocar suas habilidades culinárias em ação! Dá uma olhada nessa receita deliciosa de pão caseiro”*.

Motivadas pela fatídica publicação desta receita, construímos nossa narrativa a partir do nosso “espaço de experiência”, olhando permanências do passado no presente vivido de forma crítica ⁽⁵⁾. Assim, partindo do pressuposto de que o comer e o cozinhar são atos políticos, o argumento do presente texto é que a publicação do Ministério da Saúde desvela, em uma perspectiva ampla, a atuação política do governo frente à pandemia. Entende-se aqui o conceito de política como um campo de relações de poder entre os sujeitos e que pode ser expresso de inúmeras formas ⁽⁶⁾. No caso deste ensaio, as relações de poder são evidenciadas a partir dos *ocultamentos* e *aparências* presentes na publicação, bem como nas manifestações que provocou. Este ensaio aborda, portanto, os possíveis significados políticos, *aparentes* e *ocultados*, na publicação do post.

O formato de ensaio, que tem caráter imanentemente crítico e interpretativo, foi escolhido pela possibilidade de transitarmos entre os campos acadêmico, político, das redes sociais e da imprensa, como forma de construir uma narrativa atenta a diferentes contextos e livre em seus elementos intertextuais. A presente argumentação está organizada em 3 tópicos, entrelaçados pelos seguintes eixos de análise: a divulgação no contexto da pandemia de Covid-19; os símbolos e representações do alimento e seu preparo; os símbolos e representações envolvidos nas reações desveladas nos comentários das redes sociais e o lugar em que a alimentação ocupa no enfrentamento da pandemia em nível federal.

Desenvolvimento

A “normalidade” de se fazer um pão

O pão, como alimento que muitos de nós consumimos todos os dias, traz em si os significados e usos do cotidiano do ato de alimentar-se, podendo assumir um local sagrado em muitas mesas, em refeições solitárias ou compartilhadas. “Artesanal”, de “fermentação natural”, recheado, branco ou integral, preparar uma receita de pão remete a um ritual antigo e sagrado, até mesmo religioso, ainda que desacreditado por *nutricionismos* contemporâneos ⁽⁷⁾.

Tendo em vista as questões de natureza sociocultural que permeiam e organizam as práticas alimentares, partimos da compreensão de que a comida é um elemento essencial para se entender uma sociedade, sendo constituída por discursos identitários e mesmo patrimônios culturais. Por meio da comida se produz e reproduz cultura. Assumimos aqui o pressuposto de que a cultura constitui fenômeno total, condição de existência dos seres humanos, que organiza a concepção de mundo das pessoas, orientando seus saberes, práticas e atitudes, particularizados, por contextos socioculturais ⁽⁸⁾. Nesse sentido, tomando como objeto a alimentação, pode-se dizer que a escolha do que será considerado “comida” e, do como, quando e por que comer tal alimento, é relacionada com o arbitrário cultural e com classificações estabelecidas culturalmente ⁽⁹⁾.

Na referida postagem do MS, objeto da presente discussão, a receita pode ser lida como sugestão de manutenção da comensalidade, remetendo à prática cultural, à alimentação como parte do cotidiano de relações, considerando ainda o tempo e o espaço possíveis de serem dedicados à comensalidade. Nesse sentido, a proposta de fazer pão aparece como sugestão para boa ocupação do tempo extra, em período de pandemia. Ao tratar nesses termos, cabe perguntar “qual tempo extra?” e “quem tem esse tempo extra?”. Desde o início da pandemia o país vem registrando números importantes de desemprego, já no mês da referida postagem. Há, portanto, aqui um *ocultamento* que diz respeito ao cotidiano vivido por boa parte da população, caracterizado pela precarização de relações interpessoais, das relações de trabalho, do tempo, dos espaços ocupados e dos recursos necessários à manutenção básica da vida.

Primeiramente, em relação ao uso do tempo e a realização de práticas culinárias o Guia alimentar para a População Brasileira⁽¹⁰⁾ afirma que “*recomendações sobre alimentação devem estar em sintonia com seu tempo*”. De forma ampla, o Guia estabelece uma relação de causalidade entre as mudanças que vêm ocorrendo nos padrões alimentares e “[a] vida moderna é marcada por crescentes demandas e pela falta crônica de tempo”⁽¹⁰⁾, ou seja, ainda que as recomendações indiquem a importância de se dedicar um tempo adequado ao ato de comer e à comensalidade, este documento aponta que ele pode se colocar como um obstáculo à realização de tais recomendações.

Dando indicações de como superar esse obstáculo no plano individual/familiar, afirma-se no Guia que seriam necessárias políticas públicas que pudessem contribuir para uma superação coletiva desse “obstáculo tempo”. Diversos autores do campo da sociologia e da filosofia têm se debruçado sobre a aceleração do tempo, ou mesmo sua transformação, como um fenômeno da sociedade contemporânea, que produz efeitos no modo como os sujeitos experienciam o mundo e orientam sua existência⁽¹¹⁾.

Nesse sentido, pensar em uma desaceleração da vida para a realização de atividades cotidianas, como o comer e, o cozinhar com prazer e calma, é na verdade algo que iria além de uma ação do indivíduo ou mesmo do âmbito da política pública. Muito além, porque diz respeito ao modo de funcionar do sistema, mas muito além também porque a aceleração passou a ser nosso modo de existência. É evidente que mesmo no contexto da pandemia, em que o sistema teria “parado” (ou apontado para a possibilidade de se repensar o sistema tendo em vista essa perspectiva⁽¹²⁾, na verdade não apenas não parou, como não parece haver qualquer perspectiva de desaceleração do sistema e a única saída reivindicada pelos governos à presente crise colocada é a retomada do crescimento e o “retorno à normalidade”.

O tempo, por sua função de coordenação e integração, exerce função no contexto social baseada nos referenciais colocados internalizados socialmente. Assim, tanto as obrigações e o trabalho, como os desejos e anseios estariam colocados na rotina conforme possibilitado ou oportunizado. Nesse sentido, tal como expressa Boeira⁽¹³⁾ o tempo livre seria aquele destituído das necessidades e

obrigações, é um tempo querido e desejado, que pode ser utilizado para recreação, para práticas de convívio, com propriedade para se tornar uma manifestação da livre expressão de si mesmo.

O “tempo extra”, conforme comunica o MS na postagem, remete à possibilidade de “aproveitar melhor” a liberdade da não obrigação durante a pandemia, de um tempo que teria ficado disponível, num cenário hipotético de escolha de não se ocupar com o trabalho e outras tarefas. Nesse cenário imaginado, com um tempo “economizado” e pronto a ser gasto com a receita de pão, imagina-se uma família ou indivíduo que manteve o mesmo tempo de trabalho, adaptando-o perfeitamente ao contexto doméstico. Desta forma, o tempo não trabalhado pode ser investido em “novos hábitos saudáveis”, dentre estes, o hábito de se fazer um pão.

A ideia de “novo normal” a qual o post parece apoiar-se, transmitida via redes sociais, jornais e propagandas de marketing, por sua vez, também *oculta* opressões de várias naturezas sociais. Tanto quando se pensa no momento presente, como no projetado cotidiano pós-pandêmico, este conceito sugere uma maneira de se reorganizar o cotidiano, “passiva e harmoniosa”. Neste cotidiano “normalizado” não existem questionamentos e luta coletiva por condições mais dignas de se enfrentar iniquidades vividas já no período pré-pandêmico, que se agravaram durante este período e podem se agravar ainda mais após a pandemia.

Este cenário “normalizado” se mostra completamente deslocado do contexto social e político da América Latina, que já vinha vivendo um período de ebulição política e que tende a se radicalizar no contexto pós pandemia, com o agravamento das condições de vida de grande parte das populações ⁽¹⁴⁾. No atual contexto de ebulição político brasileiro se expressam inclusive as recentes manifestações no Brasil em torno da democracia e de direitos, como a mobilização do movimento negro, dos entregadores de aplicativos, das torcidas organizadas, entre outros.

Assim, tomando como referência a publicação no MS e levando em conta a totalidade de ações e concepções que compõem o atual governo, podemos olhar para esta publicação como uma narrativa histórica “escovando à contrapelo”, como diria Walter Benjamin ⁽¹⁵⁾, enxergando-se mais de perto a tentativa de construção de uma narrativa política hegemônica e oficial cujo objetivo consistiu na normalização das condições privilegiadas de isolamento vividas por trabalhadores

(majoritariamente homens brancos de classes altas) com empregos estáveis e formais, que poderiam se dedicar a uma receita de pão no “tempo extra” que a pandemia proporcionou.

Somente no mês de abril de 2020, as demissões aumentaram 17,2%, enquanto as admissões caíram 56,5% ⁽¹⁶⁾. Pela primeira vez na série histórica da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD), mais da metade dos brasileiros não têm trabalho de acordo com dados do IBGE levantados desde 2012, sendo que apenas 49,5% das pessoas com idade para trabalhar possuíam emprego no mês de maio. A pandemia impactou tanto trabalhadores com carteira assinada quanto os informais ⁽¹⁷⁾, mas impactou ainda mais os informais: para cada posto de trabalho formal fechado, dois trabalhadores informais ficaram sem trabalho entre fevereiro e maio deste ano, de acordo com levantamento baseado na PNAD Contínua ⁽¹⁸⁾.

Este “novo normal” também *oculta* o excesso de trabalho de trabalhadores formais e informais, que chegam a trabalhar à noite, nos fins de semana, devido ao aumento do volume e ritmo de trabalho, além do assédio moral sofrido por trabalhadores que estão em *home office* ou pelos que são obrigados a retornar às suas atividades essenciais, gerando sobrecarga, stress e adoecimento ⁽²⁰⁾.

O subtítulo da postagem *oculta* ainda um elemento central nas práticas culinárias da realidade doméstica: a desigualdade na divisão sexual do trabalho doméstico no Brasil, e que segundo o IBGE, não diminui há décadas. Em 2019, mulheres chegaram a trabalhar 18,5 horas semanais em casa, enquanto homens trabalham 10,4 horas. De acordo com a nova PNAD, o tempo que homens dedicam ao trabalho doméstico não aumentou significativamente desde 2001. Quando se soma tempo de trabalho externo e da casa, mulheres trabalham ao total 53,3 horas semanais, 3 horas a mais do que a jornada completa dos homens. No caso dos homens, essa taxa era de apenas 25,9% em 2019. Além de trabalharem 8 horas a mais em casa apesar de também possuírem vida profissional como os homens, as mulheres ainda se dedicam mais aos cuidados dos filhos e idosos. Chama a atenção nesta pesquisa o fato de que as filhas são mais demandadas para os trabalhos domésticos do que os filhos, o que auxilia a reprodução da desigualdade na divisão sexual do trabalho ⁽²⁰⁾.

Este cenário também está pressionando as mulheres a arcar com a maior parte das cargas domésticas durante o confinamento, na “nova normalidade”. Apesar do aumento da carga masculina nas tarefas domésticas, relativa principalmente a compras de suprimentos domésticos, as mulheres assumiram o trabalho da limpeza e organização da casa, do preparo da comida, do cuidado dos filhos, auxílio na educação dos filhos e dos momentos de lazer em família. Além disso, para aquelas que ainda possuem emprego, arcam com peso do próprio trabalho confinado ou exposto (lidando muitas vezes com o risco da contaminação de si própria e dos seus).

Essa desigualdade de gênero observada na divisão do trabalho doméstico é identificada nas diferentes classes sociais, impactando inclusive a produtividade de mulheres com empregos formais e de alta renda ⁽²¹⁾⁽²²⁾, mas agrava-se incomparavelmente entre mulheres de classes de baixa renda e moradoras das periferias ⁽²³⁾. Para estas mulheres, não apenas o confinamento se constitui como um cenário precarizado e de maior opressão, mas a perspectiva de retorno ao trabalho já se impõe como um desafio àquelas que não têm uma resposta do Estado para o cuidado dos filhos, enquanto creches e escolas públicas não voltam a funcionar ⁽²⁴⁾.

Além disso, em um ambiente onde o trabalho em casa é visto como afeto obrigatório, o stress se intensifica ainda mais quando estas mulheres têm filhos menores e trabalham à distância, e por tal motivo muitas delas têm trabalhado em horários de descanso e sono ⁽²⁵⁾. Em tempos de pandemia, quando não se pode deixar os netos aos cuidados dos avós, quando é preciso vivenciar a tripla carga de trabalho no mesmo espaço, tempo, de forma prolongada, não organizada e por enquanto interminável, há tempo, saúde emocional e física para de preparar o pão ou qualquer outro tipo de refeição? Quando há tempo e necessidade, mas há carestia, como têm ocorrido em milhões de lares pobres ou abaixo da pobreza (referência), como prover o pão?

Se há tempo e necessidade, como fazemos, de onde estamos comprando? Quais as receitas estamos seguindo? A publicação de mais uma receita de pão, em meio ao excesso de receitas de todos os tipos, sites para todos os gostos, chefs de todas as naturezas, qual o sentido de se publicar mais uma receita de pão? De

acordo com a postagem, o MS se inspirou no possível aumento da procura de receitas de pão via internet. Entretanto, o que diferenciaria estes dois tipos de veiculação?

Ainda que a postagem tivesse, como afirma o MS, uma proposta de incentivar a alimentação saudável, no âmbito do, “Saúde Brasil” (composto por uma série de iniciativas ligadas à promoção de práticas de alimentação e atividade física), é possível identificar armadilhas da educação alimentar e nutricional quando deslocada de contexto, realizada ao vento, sem direcionamento ou conhecimento do interlocutor, quando tudo pensa abranger e a todos quer “reeducar” de forma “neutra”: ela pouco diz, pouco atinge e nada problematiza.

Uma primeira armadilha diz respeito à compreensão biologizante da alimentação e nutrição contida na mensagem, própria à base epistemológica deste campo proveniente das ciências naturais e que limita o reconhecimento da complexidade da alimentação como um ato cultural e social. Da perspectiva das biociências a alimentação é tomada centralmente como fonte de nutrientes e energia, com enfoque da “norma”, da dieta racionalizada, que considera aquilo que é necessário à manutenção da boa saúde ⁽²⁶⁾.

Neste sentido, a publicação da receita ocorreu a despeito das experiências vividas pelos indivíduos neste momento e dos significados que lhes poderiam ser atribuídos. Quando a nutrição não valoriza as condições sócio-históricas e culturais que envolvem a alimentação, reproduz o modelo biomédico, que por sua vez desconsidera também a intersubjetividade presente no contexto e compreende os sujeitos, com os quais interage, como um objeto passivo e disposto a absorver toda e qualquer mensagem de “alimentação saudável” ⁽²⁷⁾.

Assim, mesmo se considerarmos o incentivo ao preparo de um pão como forma de estimular a autonomia das práticas culinárias ⁽¹⁰⁾⁽²⁸⁾, direcionadas ao autocuidado, o contexto desta recomendação e o teor da mensagem principal, e não da receita em si, revelam sobretudo a ausência de problematização das possibilidades de práticas culinárias impostas pelo contexto da pandemia.

Esse aspecto pode levar a uma segunda armadilha que diz respeito a uma possível ideia de “neutralidade”. A tentativa de neutralidade pela veiculação de uma receita “*que já estava sendo procurada na internet*” e a intencionalidade do incentivo

à alimentação saudável separada do contexto social e histórico, desviam-se de uma prática educativa, que tenha como perspectiva a concretização da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) que, dentre outras condições, compreende a alimentação como um direito a ser realizado por práticas que respeitem os contextos socioculturais e econômicos.

Por fim, podemos dizer que essa publicação é atravessada pela dimensão da *gourmetização*, parte integrante do processo de *glamourização da quarentena*, que seria uma terceira armadilha na qual ela incorre. A estetização do consumo é uma característica da contemporaneidade, que se expressa pelo modo como atividades tradicionais e cotidianas, como cozinhar e comer, por exemplo, entram na lógica da afirmação do consumo individualizado, informado e estético ⁽²⁹⁾. Consumo que precisa ser exposto para ter valor ⁽³⁰⁾. Nesse sentido, a publicação do Ministério, pode também ser interpretada como parte dessa lógica que vem adentrando o campo da Nutrição, com o uso cada vez mais frequente das redes sociais para estimular práticas alimentares saudáveis.

Essas armadilhas revelam sob diferentes perspectivas, o modo como o governo se desvia da discussão sobre as possibilidades de enfrentamento da pandemia para a garantia da alimentação como um direito, que deveria ser cumprido com reforço das ações coordenadas de SAN, especialmente em uma situação de emergência sanitária, afastando a atenção das múltiplas tragédias causadas pela pandemia, bem como de esforços para problematizá-las. É a dissimulação do político na prática culinária, *ocultando* o papel que o governo deveria um cumprir neste momento.

O pão e a polarização da política

A referida publicação revela ainda muito do atual cenário político a partir das múltiplas manifestações que provocou, transparecendo as tensões expressas de forma declarada ou subliminar. Deste modo, entender como os atores sociais compreenderam a publicação desta receita se faz exercício necessário para levantar aspectos que mostram não somente o teor das respostas manifestadas, mas também o próprio entendimento do cenário político vivido pelos atores sociais.

De acordo com a Antropologia Política, deve-se realizar o esforço de entendimento de como “os atores sociais compreendem e experimentam a política, isto é, como significam os objetos e as práticas relacionadas ao mundo da política”⁽³¹⁾. Tomando em consideração essa perspectiva, sem a pretensão de realizar uma análise do discurso exaustiva e em profundidade, buscamos no presente ensaio compreender a ação coletiva (expressa por indivíduos em interação) e a política como prática social, passíveis de serem observadas por meio da significação do pão enquanto um “objeto” que foi relacionado ao mundo da política. Trata-se portanto de conceber a interação política observada em evento determinado como processos intersubjetivos definidos pela noção de socialidade⁽³²⁾.

O debate político, portanto, atravessa as manifestações contrárias ou favoráveis à postagem. Na primeira categoria, foram recorrentes principalmente as críticas à performance do MS, com relação a investimentos, à referência ao número de mortos, à ineficácia das ações, à performance do próprio ministro da saúde, a alusões às receitas publicadas no período da ditadura militar, à fala de Maria Antonieta sobre pães e brioques e a outros personagens midiáticos tradicionais da culinária nacional, como Ana Maria Braga ou Palmirinha.

A publicação da receita de pão, de acordo com este grupo, tornou-se uma “piada de mau gosto” ou “ironia” e, causou estranheza. Tornou-se símbolo de uma certa “incompetência”, um “desvio de atenção” ou mesmo de tática de *ocultação* das mortes e/ou das subnotificações de mortos e contaminados. Em tempos de urgência, a publicação foi entendida como frívola, sendo necessárias publicações relacionadas ao uso de máscaras, de instrumentos, de práticas preventivas relacionadas ao aumento da imunidade, além de higienização de alimentos.

Houve também quem desacreditasse o pão como um alimento saudável. “Não é fonte nutricional”, “não é saudável” disseram alguns. “Possui glúten”, reclamaram os celíacos. “Não é receita ‘natural’, precisamos de receitas que aumentem a imunidade, como os chás”, suplicaram outros, mostrando que a disputa da compreensão em torno de valores relacionados à alimentação saudável se fez também presente enquanto crítica à postagem, em meio ao debate político. E aqui, percebe-se até mesmo o resquício do *nutricionismo*⁽⁷⁾ na crítica da publicação da receita e no mote de insatisfação de alguns internautas.

Ao grupo restrito dos que apoiaram a publicação, houve quem exaltasse a receita e o alimento, a atitude de “promoção de uma alimentação mais saudável”. Outros apoiadores gostaram da receita, porém queriam dicas que fossem mais “úteis”, embora gostassem de pão, e outros criticaram a falta de compromisso com o isolamento. Houve quem criticasse a “censura da esquerda”, que “só pensa besteira, faz coisa ruim e perde tempo”.

Como reação aos comentários críticos, o MS disparou uma resposta padronizada a respeito da “transparência na divulgação de dados”, justificando a publicação da receita como parte integrante do Projeto Saúde Brasil, veiculado no portal do Ministério, onde propõem outras “*dicas de alimentação saudável, atividade física, controle de peso e do tabagismo com o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos brasileiros*”⁽³³⁾.

A receita de pão serviu de mote para variados debates, recorrentes nas redes sociais nos últimos anos, tais como corrupção na política e polarização entre eleitores dos diferentes espectros político-partidários, sendo que o alimento em si, o cozinhar e memórias relacionadas à comida foram aspectos minoritários do debate observado nos comentários. A polarização política vem sendo analisada no meio digital como espaço de compreensão da política contemporânea, especialmente por conta das interações nas redes sociais. O modo de funcionar das redes sociais pode contribuir, inclusive, como importante vetor para essa polarização política, que extrapola o ambiente digital, fenômeno que vem sendo observado e analisado, não apenas no Brasil, mas em outros países⁽³⁵⁾.

Desta forma, tanto os elogios quanto as críticas à receita de pão que evocaram o debate político polarizado é caracterizado por extremos, sendo que a defesa do pão e da postagem se caracterizaram como forma de sustentar a defesa radical do próprio governo atual, por meio de conflitos e controvérsias e manter sua hegemonia, a partir de um tópico que não pertence a este universo de forma direta. De acordo com Bobbio, essa tática se inscreve no universo do “extremismo político”⁽³⁶⁾.

Os comentários trazem a *aparência* do cenário político do momento, demonstrando pulverização do assunto e desvio da discussão sobre o objeto em si. Em todos os espectros políticos manifestados, houve quem desvalorizasse a

veiculação de uma preparação culinária, preferindo a veiculação de investimentos realizados contra a pandemia (aquisição de Equipamentos de Proteção Individual, insumos, equipamentos, respiradores, etc.), dicas de prevenção, notícias sobre novos tratamentos. Era para ser sobre comida, comer e cozinhar, porém outros objetos como a cloroquina, que recentemente assumiram significados políticos, também acabaram por tomar esse espaço. Contudo, para não dizer que a comida ficou de fora, o bolo e a pizza também foram reivindicados a esse debate político, como símbolo de desvio e de fracasso do enfrentamento da pandemia por parte do MS.

Esse “transbordamento” da polarização política para questões que teoricamente estariam em um âmbito mais “técnico” vem sendo observado nos mais diferentes assuntos relativos à pandemia, como foi o caso do uso ou não da hidroxicloroquina no tratamento da covid-19 ⁽³⁷⁾, o distanciamento social ⁽³⁸⁾ e o uso de máscaras de proteção ⁽³⁹⁾ como forma de prevenir a transmissão do coronavírus.

Por um lado, essa polarização acerca de assuntos “técnicos” resulta da pouca habilidade do MS, como espelho da atuação do executivo federal, em constituir comando na condução do problema que suscita a recomendação, com orientações oportunas e seguras para o enfrentamento da doença. Por outro lado, mesmo em cenário de excepcionalidade, em virtude da pandemia do novo coronavírus, repete padrão de interação belicosa e acirrada, deliberadamente ou por consequência de inabilidade técnica na condução das políticas setoriais (nesse caso, da saúde), mantendo o clima de campanha eleitoral.

Em outras palavras, a confiabilidade em previsões estatísticas sobre a curva de contágio, de mortes e sobre o provável pico da pandemia, foram capturadas pela polarização política e ideológica que paira e sustenta o cenário político brasileiro há alguns anos. O cenário de “guerra cultural, de permanente polarização e inquietação” ⁽⁴⁰⁾ presentes nas redes sociais se refletiu na forma de se enfrentar a pandemia, desde o seu início, o que acabou por se tornar um embate interno e externo ao próprio governo, envolvendo as três esferas de poderes, os grupos de apoio ou oposição político partidário nas redes sociais e até mesmo nas ruas. Em poucos dias o debate sobre o modelo de enfrentamento se fragmentou dentro das

próprias entranhas da gestão federal, gerando grandes rupturas internas e uma consequente ausência e fragmentação de recursos e diretrizes.

Desde o início, a tensão gerada entre Ministério da Saúde e presidência da república, em razão das informações e recomendações díspares e conflitantes, colocava em xeque a capacidade de gerenciamento da crise sanitária, e passou a opor gestão federal e gestores estaduais, envolvendo também gestores municipais dos municípios mais afetados naquele momento. No dia da postagem sobre a receita do pão, a crise política repercutia neste órgão com o acirramento do conflito gerado pelas posturas opostas no enfrentamento da pandemia entre o ministro da saúde, na iminência de sua demissão, e o presidente, que por sua vez agia de maneira explicitamente contrária às recomendações sanitárias. Por todos estes motivos, a publicação causou grande surpresa e rejeição nas redes sociais, ainda que fizesse apelo a um tema geralmente caracterizado “despolitizado” como a alimentação saudável.

O pão e o enfrentamento da pandemia

Quando vista numa perspectiva histórica, a inusitada postagem do MS remete ainda às receitas de bolo publicadas por jornalistas durante o período de ditadura militar oficialmente instaurada no Brasil, porém com proposta inversa. Naquele período, as receitas de bolo consistiam em uma estratégia de alerta aos leitores sobre informações que estavam sendo censuradas no jornal. Cabe destacar que a censura não se restringia somente às notícias sobre política, mas também sobre a situação de saúde da população. No ano de 1972 os jornais foram proibidos de veicular a importante epidemia de meningite, na qual mais de 3 mil crianças haviam morrido ⁽⁴¹⁾.

Naquele cenário da ditadura militar, não somente receitas de comidas *apareciam* como meio de alertar para censura, mas também poesias. De acordo com o Memorial da Democracia ⁽⁴²⁾, jornais como “O Estado de São Paulo” chegaram a publicar duas vezes os 8.116 versos do poema quinhentista “Os Lusíadas”, de Luís de Camões, por conta da censura de suas matérias, entre dezembro de 1969 e janeiro de 1975, quando, finalmente, os censores saíram da redação.

Entre diferenças e semelhanças, mais ou menos marcadas, interessou-nos, a partir da postagem do MS, considerar o lugar e o momento inusitado para “falar de comida”. Nos fins dos anos 1960 e início dos anos 1970, os autores das receitas eram jornalistas, no ano de 2020 é a própria instituição estatal. A comida, nos dois cenários, no entanto, além de seu lugar de código de significação cultural da realidade, assume o seu lugar político no registro dos extremismos que atravessam nosso país nos últimos anos. Na ditadura, remeteu à resistência. No momento atual, ao *ocultamento* das mortes, dos mortos, do processo da pandemia global e local, da necessidade de investimento massivo e da reorganização estatal estratégica, eficiente, eficaz e efetiva, o que significaria, no limite, o reordenamento radical dos arranjos políticos, institucionais e econômicos que vêm sendo adotados nos últimos anos e que se intensificaram nos últimos dois anos no Brasil.

Além da dissimulação promovida pela receita de pão, posteriormente houve a tentativa de omitir os óbitos registrados, tanto por uma proposta de “recontagem de óbitos por meio de revisão de critérios”⁽⁴³⁾, como pela omissão nas redes sociais da contagem de óbitos por meio do “Placar da Vida”⁽⁴⁴⁾. Num momento no qual o Brasil já atingia a marca de 5 mil óbitos, interessou ao governo federal o *ocultamento* do número de mortos e a *aparência* do número de pessoas “recuperadas” e “salvas”. Estas medidas, quando vistas “à contrapelo”, remetendo novamente ao termo de Benjamin, podem ser vistas como formas de se minimizar todas as dimensões envolvidas na pandemia, inclusive das perdas e dos perdedores, caracterizada num primeiro momento como uma “gripe passageira”.

Estes *ocultamentos* das mortes e da epidemia, neste sentido, permitem o *ocultamento* do enfrentamento da pandemia, retirando a necessidade de alocação de recursos, de mudança de posturas, e do necessário (ao menos temporário) abandono da perspectiva neoliberal presente desde o apoio desta gestão à EC95 do teto de gastos sociais aprovada em 2016, passando pelo desmonte de estruturas estatais de proteção social realizado no presente.

Esta mesma perspectiva hegemônica, de acordo com Benjamin, busca oficializar a perspectiva dos “vencedores sobre os vencidos”. Tal perspectiva foi observada no discurso da então secretária da Cultura, em entrevista a um canal televisivo, na qual destacou a necessidade de “não se contar mortos”, da

necessidade de “leveza e vida”, da necessidade do “olhar pra frente”, minimizando a tortura e morte de vítimas do regime ditatorial no Brasil ⁽⁴⁵⁾.

Assim, todas estas tentativas compõem o rol de discursos que buscam estabelecer uma linha narrativa da pandemia cujo eixo se caracteriza pela “positividade”, ressaltando a “história dos vencedores”. Os perdedores, no caso aqueles que perderam renda, emprego, dignidade, direito ao luto e, mesmo, à vida, foram mobilizados por ocasião do incentivo à flexibilização do isolamento e, ao fim da quarentena. Em nome do argumento de que “a economia precisava girar”, a fome se tornou um tema *aparente* na agenda governamental durante a pandemia, e então o Brasil precisava “olhar pra frente”, sair de casa, “ter coragem” e permitir que os brasileiros evitassem a tragédia de ter seus pratos vazios.

O *ocultamento* da fome não é uma novidade para este governo. Em 2019, o presidente da república, Jair Bolsonaro, disse que não havia quem passasse fome no Brasil ⁽⁴⁶⁾, que tal afirmação nada mais era do que “discurso populista”. O presidente havia negado a existência da fome por meio da constatação individual e visual da ausência de pessoas magras (referindo-se a jornalistas em uma coletiva de imprensa), chamando ainda de assistencialista o programa de transferência de renda que administra, o Bolsa Família ⁽⁴⁷⁾. Não à toa este programa vem sendo diminuído discreta e progressivamente em orçamento e número de pessoas beneficiadas. Cabe recordar que este programa foi um dos responsáveis pela diminuição da desigualdade de renda e da fome e, em janeiro deste ano, havia de 1 a 1,5 milhão de pessoas em espera, resultado do cumprimento da promessa de campanha do pagamento do 13o salário do programa ⁽⁴⁸⁾.

Se tivermos em conta a nossa volta ao Mapa da Fome da FAO, do qual havíamos deixado em 2014, somado ao aumento da Insegurança Alimentar e Nutricional (IAN) grave de 4% em 2013 para 12% em 2017 ⁽⁴⁹⁾, entendemos que a *aparência* ou manutenção de programas de SAN, como o, Bolsa Família, pode ser entendida por meio do interesse de retornos eleitorais e não pelo enfrentamento da fome que o programa tem a oferecer. O enfrentamento efetivo da fome, neste sentido deve ser *ocultado*.

A mesma intenção eleitoral *aparece* na aprovação, a contragosto, da prorrogação do auxílio emergencial, mantendo-se os 600 reais estipulados desde o

início do programa, valor que a princípio não havia sido defendido pela equipe econômica do governo federal, que defendia o recebimento de 200 reais por 3 meses ⁽⁵⁰⁾. O crescimento do apoio da parcela mais pobre da população, devido ao recebimento do auxílio, foi o motivo principal desta prorrogação, de acordo com algumas análises.

Considerando que o grande volume de empregos informais era responsável por evitar quadros de pobreza e insegurança alimentar e nutricional ainda mais graves, como evitar que os 65 milhões de beneficiários do auxílio emergencial não piores suas situações alimentares após o fim do recebimento do auxílio? Como evitar que metade da população brasileira ativa e que está desempregada também não passe fome? Por outro lado, como explicar que a fome, negada e *ocultada* enquanto problemática a ser enfrentada em momento anterior pelo atual governo federal, foi trazida à tona para se justificar a flexibilização do isolamento?

Vale notar que em ambos os casos, o que se pretende *ocultar*, assim como no âmbito dos mortos pela covid-19, é a responsabilidade do governo em assumir seu papel no enfrentamento de problemas como parte da proteção social. Postura que cabe perfeitamente ao pretendido projeto de Estado mínimo, projeto este defendido (e apoiado por grande parte do empresariado) desde a campanha eleitoral e que segue representado na figura do ministro da Economia, Paulo Guedes. Desta forma, a adoção de ações pertinentes ao enfrentamento da pandemia nessa perspectiva, como o pagamento do auxílio emergencial, não ocorreu por iniciativa do governo, mas por pressão de diversos setores sensíveis à crise social que se instaurava.

Por outro lado, cabe destacar essa resposta característica à contemporaneidade em que o indivíduo é responsabilizado pela resolução de problemas sistêmicos ⁽⁵¹⁾. No contexto da pandemia, o que se colocou, diante da ausência de ações coordenadas de enfrentamento das crises sanitária, social e econômica, foi a necessidade dos indivíduos romperem a quarentena, adotada por prefeituras e governos estaduais, em busca de trabalho ou ajuda ⁽⁵²⁾ ⁽⁵³⁾. Assim, coloca-se como responsabilidade do indivíduo que vive em condições precarizadas de vida, escolher entre ficar em casa e passar fome ou expor-se à pandemia e conseguir alguma fonte de renda para não passar fome. É nesse sentido que se

tornariam necessárias ações coordenadas em torno da garantia da alimentação como um direito, especialmente às populações mais vulneráveis, nas diferentes esferas de governo, como vêm sendo reivindicadas por diversas entidades e movimentos sociais ⁽⁵⁴⁾.

Nesse contexto, marcado pela inação do governo federal frente ao aumento da pobreza e da fome, duas iniciativas cabem ser mencionadas. Uma delas foi a alteração da Lei Federal n. 11.947/2009, que foi sancionada e transformada em Lei Federal n. 13.987 de 7 de abril de 2020, autorizando a distribuição de gêneros alimentícios comprados por meio dos recursos do PNAE para pais ou responsáveis dos escolares de escolas públicas de educação básica ⁽⁵⁵⁾. Apesar de ainda não haver dados exatos sobre o impacto deste redirecionamento, sabe-se das medidas adotadas por governos estaduais e municipais adotaram para este enfrentamento, por meio de distribuição de kits de alimentos e cestas básicas ⁽⁵⁶⁾ ⁽⁵⁷⁾. Além de evitar situações de agravamento a situação de SAN destes escolares e suas famílias, como se observou em poucas semanas após a adoção da quarentena ⁽⁵⁸⁾, poderiam ainda garantir renda para agricultores familiares que produzem alimentos para este Programa.

Outra medida de combate à fome declarada pelo governo federal seria a Medida Provisória nº 953, de 15 de abril de 2020, com liberação de R\$ 500 milhões a serem investidos no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Este recurso contemplaria 85 mil famílias de agricultores familiares, 12,5 mil entidades e 11 milhões de famílias em vulnerabilidade social seriam contemplados, a partir da última quinzena de maio, a continuar pelos meses seguintes ⁽⁵⁹⁾.

Ainda que não se tenha um quadro geral de impactos alimentares e nutricionais de todas estas medidas, para que se tenha uma real dimensão da crise alimentar e da eficácia de ações como o auxílio emergencial ⁽⁶⁰⁾, sabe-se que os dois programas acima citados são fruto de lutas político-institucionais envolvendo movimentos sociais e sociedade civil organizada.

Tanto o PAA como a obrigatoriedade de destinação de 30% dos recursos para a agricultura familiar do PNAE foram importantes vitórias conquistadas pela mobilização social, expressando-se e contando com apoio do CONSEA (Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional), órgão suprimido de suas principais

funções pelo governo federal no primeiro mês de sua gestão. De acordo com justificativa do Ministério da Cidadania, suas funções foram “*redistribuídas entre pastas do governo federal (...) para melhor organização administrativa*”⁽⁵⁹⁾. A extinção do CONSEA eliminou o espaço institucional para o controle social e participação da sociedade nas ações relativas à alimentação e nutrição, espaço que teve papel essencial nas políticas de combate à fome promovidas pelo Brasil nos últimos 15 anos ⁽⁶¹⁾. Ou seja, é um governo que não apenas nega a condição da fome, ainda vivida por milhares de pessoas, mas busca suprimir uma luta histórica em torno da alimentação como um direito.

Conclusão: sobre o presente, para o depois

Os *ocultamentos* e as *aparências* desveladas a partir da postagem mostraram o deslocamento de propósitos e obrigações que um órgão como o Ministério da Saúde deva assumir perante uma sociedade já fragilizada em diferentes dimensões, principalmente num momento delicado como o da pandemia de covid-19, e que pede respostas menos superficiais e mais aprofundadas e coordenadas para a garantia do direito à saúde e à alimentação e nutrição adequadas. Sobretudo, expressou o modo de operar a política neste governo, que exerce seu poder tomando decisões por meio de uma lógica de *ocultamento*, escolhendo as redes sociais como principal meio de divulgação.

Neste sentido, a análise da publicação da postagem da receita de pão e das manifestações provocadas permitiu a reconstrução das relações de poder *ocultadas* sob o mote *aparentemente* neutro da promoção da alimentação saudável. Os “vencedores” que possuem tempo, renda, autonomia, condições domésticas e de trabalho foram evocados na postagem, em detrimentos daqueles que não possuem tais condições. A postura arbitrária e autoritária do governo federal no enfrentamento da fome e da pandemia transpareceu em algumas manifestações de apoio ao post em questão, mantendo o clima de acirramento eleitoral como tática de dominação e modo de operar da política, tanto dos que apoiam o atual governo, como dos que o rejeitam.

Por fim, a sugestão da preparação da receita de pão, seja para alimentar o corpo ou manter a comensalidade, em período de quarentena pela ocorrência da

pandemia pela COVID-19, desconsidera a realidade vivida por parte importante da população brasileira e nega a urgência social da fome, além de dimensões da divisão sexual do trabalho doméstico, condições de trabalho, tempo e renda envolvidas nas práticas do cozinhar e comer, além da negação do enfrentamento efetivo da pandemia. As *aparências* reveladas pela postagem, por sua vez, trazem à tona armadilhas relacionadas à dimensão biologizante da educação em saúde, mantendo-se em nível superficial e ineficaz do incentivo às práticas da alimentação saudável.

A interpretação proposta neste ensaio buscou desvelar a suposta neutralidade conferida ao campo da alimentação e nutrição, para que as relações de poder em jogo neste momento da pandemia se tornassem *aparentes*. Neste sentido, procuramos trazer algumas conexões e questionamentos que possam contribuir para a reflexão sobre o lugar da comida e da política num contexto onde uma crise sanitária encontra uma crise política, social e econômica.

É preciso reconhecer, contudo, a parcialidade desta reconstituição do momento presente e as suas possíveis incompletudes. Em meio à vivência de uma grande tragédia, possíveis interpretações dos acontecimentos podem carecer de amplitude, principalmente quando vistas numa perspectiva posterior. Por mais que o esforço de compreensão crítica e de interpretação do contexto tenham percorrido as linhas deste ensaio, é desta perspectiva da “experiência”, a partir de olhares atentos, que se constrói o fio narrativo com questionamentos para se pensar o “depois”. Apesar de tantas tentativas de previsões (ancoradas especialmente em refinados modelos estatísticos), esse “depois” é imprevisível e ainda repleto de incertezas. O que podemos desejar neste momento é que as ações e esforços que venham a ser realizados sejam feitos com base um debate qualificado sobre o presente.

Foi com esse debate que tivemos a intenção de contribuir e o quadro interpretativo deste ensaio pretendeu deixar *aparente* os *ocultamentos* realizados pela gestão do Ministério da Saúde, para que se possa debater e enfrentar as problemáticas levantadas de modo a se repensar e fortalecer formas de luta e de governos alinhados à garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada e da Segurança Alimentar e Nutricional.

Referências

- (1) Casos de coronavírus no Brasil em 14 de abril. G1. 14 Abr 2020; Bem Estar: Coronavírus. [atualizado em 14 abril 2020] [Acesso em 4 jul 2020]. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/04/14/casos-de-coronavirus-no-brasil-em-14-de-abril.ghtml>
- (2) Brasil. Ministério da Saúde. Portaria nº 356, de 11 de março de 2020. Dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19). Diário Oficial da União. 12 mar 2020; Seção 1:49.
- (3) Canzian F [internet]. Nas favelas, moradores passam fome e começam a sair às ruas. Folha de S. Paulo. 27 mar 2020; Cotidiano. [atualizado em 28 março 2020] [Acesso em 4 jul 2020]. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/03/nas-favelas-moradores-passam-fome-e-comecam-a-sair-as-ruas.shtml>
- (4) Jornal da USP. Pandemia e suas consequências estimulam violência e desesperança em comunidades carentes. Jornal da USP. 26 mai 2020; Atualidades. [atualizado em 26 maio 2020] [Acesso em 4 jul 2020]. Disponível em: <https://jornal.usp.br/ciencias/pandemia-e-suas-consequencias-estimulam-violencia-e-desesperanca-em-comunidades-carentes/>
- (5) Ricoeur P. Tempo e Narrativa. Ferreira RL, tradutor. Campinas, SP: Papyrus; 1997.
- (6) Bobbio N, Matteucci N, Pasquino G. Dicionário de Política. Varriale CC *et al.*, tradutores. Brasília: Editora Universidade de Brasília; 1998.
- (7) Scrinys G. On the Ideology of Nutritionism. *Gastronomica*. 2008;8(1):39-48. [acesso em 4 jul 2020]. Disponível em: <https://online.ucpress.edu/gastronomica/article/8/1/39/47129/On-the-Ideology-of-Nutritionism>
- (8) Geertz C. A Interpretação das Culturas. Wrobel F, tradutora. São Paulo: LTC; 1989.
- (9) Castro HC, Maciel ME. A comida boa para pensar: sobre práticas, gostos e sistemas alimentares a partir de um olhar socioantropológico. *Demetra*. 2013; 8(Supl.1):321-8. [Acesso em 4 jul 2020]. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/demetra/article/view/6648>
- (10) Brasil. Ministério da Saúde. Guia Alimentar para a População Brasileira. 2ª edição. Brasília-DF;2014. [Acesso em 5 jul 2020]. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf
- (11) Hartmut R. Remède à l'accélération: impressions d'un voyage en Chine et autres textes sur la résonance. Paris: Philosophie Magazine Éditeur; 2018.

- (12) Latour B. Imaginer les gestes-barrières contre le retour à la production d'avant-crise. AOC. 29 mar 2020; Société. [atualizado em 30 março 2020] [Acesso em 6 jul 2020]. Disponível em: <http://www.bruno-latour.fr/sites/default/files/downloads/P-202-AOC-03-20.pdf>
- (13) Boeira AR. O fenômeno do tempo livre frente às mudanças no mundo do trabalho na sociedade contemporânea. Sociedade em Debate. 2004;10(3):121-134. [Acesso em 4 jul 2020]. Disponível em: <http://revistas.ucpel.edu.br/index.php/rsd/article/view/496/440>
- (14) Colombo S. Pandemia encontra América Latina com raiva e pode gerar 29 milhões de novos pobres. Folha de S. Paulo. 4 mai 2020; Mundo. [atualizado em 4 maio 2020] [Acesso em 4 jul 2020]. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/05/pandemia-encontra-america-latina-com-raiva-e-pode-gerar-29-milhoes-de-novos-pobres.shtml>
- (15) Löwy M. "A contrapelo". A concepção dialética da cultura nas teses de Walter Benjamin (1940). Lutas Sociais. 2011;25-6:20-8. [Acesso em 4 jul 2020]. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/lis/article/view/18578>
- (16) Brasil. Ministério da Economia. Queda nas admissões influencia saldo de empregos formais até abril de 2020. 27 mai 2020; Notícias. [atualizado em 27 maio 2020] [Acesso em 5 jul 2020]. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/noticias/2020/maio/queda-nas-admissoes-influencia-saldo-de-empregos-formais-ate-abril-de-2020>
- (17) CNN Brasil Business. Pela primeira vez, mais da metade dos brasileiros não têm trabalho, diz IBGE. 30 jun 2020; Business. [atualizado em 3 julho 2020] [Acesso em 5 jul 2020]. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/2020/06/30/pela-primeira-vez-mais-da-metade-dos-brasileiros-nao-tem-trabalho-diz-ibge>
- (18) Gavras D. Para cada emprego formal fechado, dois informais ficaram sem trabalho. O Estadão. 6 jul 2020; Economia & Negócios. [atualizado em 6 julho 2020] [Acesso em 6 jul 2020]. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,para-cada-emprego-formal-fechado-dois-informais-ficaram-sem-trabalho,70003354806>
- (19) Valery G. Cresce o assédio moral em tempos de pandemia e trabalho remoto. Rede Brasil Atual. 24 jun 2020; Trabalho. [atualizado em 24 junho 2020] [Acesso em 5 jul 2020]. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2020/06/cresce-o-assedio-moral-em-tempos-de-pandemia-e-trabalho-remoto/>
- (20) Villas Bôas B. IBGE: Mesmo empregadas, mulheres dedicam 8 horas a mais do que homens nos afazeres da casa. Valor Econômico. 04 jun 2020; Brasil. [atualizado em 4 junho 2020] [Acesso em 5 jul 2020]. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/06/04/ibge-mesmo-empregadas-mulheres-dedicam-8-horas-a-mais-do-que-homens-nos-afazeres-da-casa.ghtml>
- (21) Girardi G. Produção científica de mulheres e mães despenca em meio à pandemia de coronavírus. Estadão. 18 mai 2020; Ciência [atualizado em 18 maio 2020] [Acesso em 6 jul 2020]. Disponível em:

<https://ciencia.estadao.com.br/noticias/geral,producao-cientifica-de-mulheres-despenca-em-meio-a-pandemia-de-coronavirus,70003306675>

(22) Mena F. Mulheres fazem tripla jornada, e home office na pandemia amplia desequilíbrio de gênero na Justiça. Folha de S. Paulo. 17 mai 2020; Poder [atualizado em 18 maio 2020] [Acesso em 6 jul 2020]. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/05/home-office-na-pandemia-amplia-desequilibrio-de-genero-na-justica.shtml>

(23) Alessi G. O sufoco de cuidar dos filhos pequenos e trabalhar. El País Brasil. 20 mar 2020; Pandemia de Coronavírus [atualizado em 20 março 2020] [Acesso em 6 jul 2020]. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-03-20/o-sufoco-de-cuidar-dos-filhos-pequenos-e-trabalhar.html>

(24) Veloso L. Nas periferias de SP, mães voltam ao trabalho sem ter com quem deixar filhos. Folha de S. Paulo. 23 jun 2020; Cotidiano [atualizado em 23 junho 2020] [Acesso em 6 jul 2020]. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/06/nas-periferias-de-sp-maes-voltam-ao-trabalho-sem-ter-com-quem-deixar-filhos.shtml>

(25) Ramírez N. Trabalho de madrugada porque não dou conta de tudo em casa”, a nova normalidade massacra as mulheres. El País. 28 mai 2020; Coronavírus. [atualizado em 28 maio 2020] [Acesso em 5 jul 2020]. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/smoda/2020-05-28/trabalho-de-madrugada-porque-nao-dou-conta-de-tudo-em-casa-a-nova-normalidade-massacra-as-mulheres.html>

(26) Garcia RWD. Um enfoque simbólico do comer e da comida nas doenças. Rev Nutr. 1992;5(1):70-80.

(27) Freitas MCS, Minayo MCS, Fontes GAV. Sobre o campo da Alimentação e Nutrição na perspectiva das teorias compreensivas. Ciênc. saúde coletiva. 2011 [Acesso em 6 jul 2020];16(1):31-8. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232011000100008&lng=en

(28) Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas. Brasília-DF;2012. [Acesso em 5 jul 2020]. Disponível em:http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/marco_EAN.pdf

(29) Lipovetsky G, Serroy J. A estetização do mundo - viver na era do capitalismo artista. Brandão E, tradutor. São Paulo: Companhia das Letras; 2015.

(30) Han B-C. A sociedade da transparência. Pereira MS, tradutor. Lisboa: Relógio D'Água; 2014.

(31) Kuschnir K. Antropologia e política. Rev. bras. Ci. Soc. 2007;22(64):163-7. [Acesso em 6 jul 2020]. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092007000200014&lng=en&nrm=iso

- (32) Moreno GG. “Todos nós somos políticos” Percepções sobre a política e seus tempos nas periferias de São Paulo. Tomo. 2014;25:157-89. [Acesso em 5 jul 2020]. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/tomo/article/view/3438>
- (33) Brasil. Ministério da Saúde. Saúde Brasil; 2019 [atualizado em 19 setembro 2019;] [Acesso em 5 jul 2020]. Disponível em: <https://saudebrasil.saude.gov.br/o-que-e-o-saude-brasil>
- (34) Santana C. Cientistas da USP investigam a polarização política no meio digital brasileiro. Jornal da USP. 12 jun 2019; Ciências Humanas. [atualizado em 12 junho 2019] [Acesso em 5 jul 2020]. Disponível em: <https://jornal.usp.br/universidade/cientistas-da-usp-investigam-a-polarizacao-politica-no-brasil/>
- (35) Politoscope. Paris: Institut des Systèmes Complexes de Paris Ile-de-France (ISC-PIF/CNRS); c2016-9 [atualizado em 23 outubro 2019] [Acesso em 5 jul 2020]. Disponível em: <https://politoscope.org/>
- (36) Bobbio N, Matteucci N, Pasquino G. Dicionário de Política. Varriale CC *et al.*, tradutores. Brasília: Editora Universidade de Brasília; 1998.
- (37) Tavares J. Guerra entre ‘cloroquiners’ e ‘quarenteners’ reinventa polarização na pandemia. Folha de S. Paulo. 15 abr 2020; Poder. [atualizado em 16 abril 2020] [Acesso em 5 jul 2020]. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/04/guerra-entre-cloroquiners-e-quarenteners-reinventa-polarizacao-na-pandemia.shtml>
- (38) Varella TT, Zeine L, Moretto M [internet]. Nota Técnica 9 – Eleitores e apoiadores de Bolsonaro respeitam menos a quarentena. Monitor do Debate Político no Meio Digital. São Paulo; 2020. [Acesso em 5 jul 2020]. Disponível em: <https://www.monitordigital.org/2020/05/06/nota-tecnica-09/>
- (39) Dias M. Máscaras viram batalha política nos EUA entre senso coletivo e liberdade individual. Folha de S. Paulo. 30 jun 2020; Mundo. [atualizado em 30 junho 2020] [Acesso em 5 jul 2020]. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/06/mascaras-viram-batalha-politica-nos-eua-entre-senso-coletivo-e-liberdade-individual.shtml>
- (40) Tosta W. Bolsonaro intimida poderes para impedir sua queda, afirma Christian Lynch. O Estado de S. Paulo. 17 jun 2020; Política. [atualizado em 17 junho 2020] [Acesso em 5 jul 2020]. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,bolsonaro-intimida-poderes-para-impedir-sua-queda-afirma-christian-lynch,70003335738>
- (41) Helal Filho W. A epidemia de meningite que a ditadura militar no Brasil tentou esconder da população. O Globo - Blog do Acervo. 8 jun 2020; Saúde Pública. [atualizado em 8 junho 2020] [Acesso em 5 jul 2020]. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/blog-do-acervo/post/epidemia-de-meningite-que-ditadura-militar-no-brasil-tentou-esconder-da-populacao.html>
- (42) Memorial da Democracia [internet]. Notícia censurada dá lugar a Camões. Memorial da Democracia; c2015-7 [Acesso em 5 jul 2020]. Disponível em: <http://www.memorialdademocracia.com.br/card/noticia-censurada-da-lugar-a-camoes>

- (43) Rodrigues L. Ministério da Saúde quer recontar mortes por coronavírus; secretarias dizem que medida é anti-ética. Estadão. 6 jun 2020; Saúde. [atualizado em 6 junho 2020] [Acesso em 6 jul 2020]. Disponível em: <https://saude.estadao.com.br/noticias/geral,apos-atrasar-divulgacao-de-dados-site-do-ministerio-da-saude-com-dados-sobre-coronavirus-continua-f,70003326748>
- (44) Cancian N, Fernandes T. Governo Bolsonaro cria 'Placar da Vida' para destacar recuperados da Covid-19. Folha de S. Paulo. 29 abr 2020; Equilíbrio e Saúde. [atualizado em 29 abril 2020] [Acesso em 6 jul 2020]. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/04/governo-bolsonaro-cria-placar-da-vida-para-destacar-recuperados-da-covid-19.shtml>
- (45) UOL. Regina Duarte diz que 'sempre houve tortura' e minimiza mortes na ditadura. UOL. 5 mai 2020; Política. [atualizado em 5 maio 2020; acesso em 5 jul 2020]. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/05/07/regina-duarte-diz-que-sempre-houve-tortura-e-minimiza-mortes-na-ditadura.htm>
- (46) Jiménez C. Bolsonaro: "Falar que se passa fome no Brasil é uma grande mentira, é um discurso populista". El País Brasil. 19 jul 2019; Política. [atualizado em 19 julho 2019; acesso em 5 jul 2020]. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/07/19/politica/1563547685_513257.html
- (47) Maia G. 'Não tô vendo nenhum magro aqui', diz Bolsonaro a jornalistas após declaração sobre fome. O Globo. 19 jul 2019; Brasil. [atualizado em 19 julho 2019; acesso em 5 jul 2020]. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/nao-to-vendo-nenhum-magro-aqui-diz-bolsonaro-jornalistas-apos-declaracao-sobre-fome-23819092>
- (48) Roubicek M. A fila do Bolsa Família. E a redução de beneficiários. Nexo Jornal. 23 fev 2020; Expresso. [atualizado em 24 fevereiro 2020; acesso em 5 jul 2020]. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/02/23/A-fila-do-Bolsa-Fam%C3%ADlia.-E-a-redu%C3%A7%C3%A3o-de-benefici%C3%A1rios>
- (49) Sousa LRM de, Saint-Ville A, Samayoa-Figueroa L, Melgar-Quíñonez H. Changes in food security in Latin America from 2014 to 2017. Food Sec. 2019 [acesso em 5 jul 2020]11:503-13. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s12571-019-00931-0>
- (50) Mathias M, Torres R. O Auxílio Emergencial impõe-se a Bolsonaro. Outras Palavras. 01 jul 2020; Outra Saúde. [atualizado em 01 julho 2020; acesso em 5 jul 2020]. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasaude/auxilioprorrogado/>
- (51) Beck U. Sociedade de Risco - rumo a uma outra modernidade. 2ª edição. Nascimento S, tradutor. São Paulo: Editora 34; 2011.
- (52) Canzian F. Com comida no fim, moradores de favela contestam Bolsonaro. Folha de S. Paulo. 8 abr 2020; Cotidiano. [atualizado em 8 abril 2020; acesso em 5 jul 2020]. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/04/com-comida-no-fim-moradores-de-favela-contestam-bolsonaro.shtml>
- (53) Rodrigues A. Demora nas ações de auxílio e invisibilidade de grupos agravam a fome. Folha de S. Paulo. 10 abr 2020; Equilíbrio e Saúde. [atualizado em 10 abril

2020; acesso em 5 jul 2020]. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/04/demora-nas-acoes-de-auxilio-e-invisibilidade-de-grupos-agravam-fome.shtml>

(54) Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. Direito à alimentação em tempos de pandemia. 24 mar 2020; c2020. [acesso em 5 jul 2020]. Disponível em: <https://fbssan.org.br/2020/03/entidades-propoe-medidas-para-garantir-o-direito-a-alimentacao-e-combater-a-fome-em-tempos-de-coronavirus/>

(55) Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável. Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): mudanças frente à pandemia de Covid-19. 30 mar 2020; c2020. [acesso em 5 jul 2020]. Disponível em: <https://alimentacaosaudavel.org.br/blog/noticias/programa-nacional-de-alimentacao-escolar-pnae-mudancas-frente-a-pandemia-de-covid-19/7451/>

(56) Rodrigues A. Doria anuncia R\$55 para alunos durante a suspensão das aulas. Folha de S. Paulo. 25 mar 2020; Equilíbrio e Saúde. [atualizado em 25 março 2020; acesso em 5 jul 2020]. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/03/doria-anuncia-r-55-para-alunos-durante-suspensao-das-aulas.shtml>

(57) Cardoso W. Governo de SP começa distribuir grana do Merenda em Casa. Agora São Paulo. 8 abr 2020; São Paulo. [atualizado em 8 abril 2020; acesso em 5 jul 2020]. Disponível em: <https://agora.folha.uol.com.br/sao-paulo/2020/04/governo-de-sp-comeca-a-distribuir-grana-do-merenda-em-casa.shtml>

(58) Rodrigues A, de Almeida L. Quarentena em São Paulo reduz dieta de crianças na periferia a arroz. Folha de S. Paulo. 5 abr 2020; Cotidiano. [atualizado em 5 abril 2020; acesso em 5 jul 2020]. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/04/quarentena-em-sao-paulo-reduz-dieta-de-criancas-na-periferia-a-arroz.shtml>

(59) Fellet J. Piora da alimentação na pandemia deixa população mais vulnerável à covid-19, diz ex-chefe da FAO. BBC News Brasil. 16 mai 2020; Brasil. [atualizado em 16 maio 2020; acesso em 5 jul 2020]. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52626216>

(60) Maluf RS. Comer em tempos de pandemia e após. Jornal GGN. 3 abr 2020; A Grande Crise. [atualizado em 3 abril 2020; acesso em 5 jul 2020]. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/artigos/comer-em-tempos-de-pandemia-e-apos-por-renato-s-maluf/>

(61) Castro IRR de. A extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e a agenda de alimentação e nutrição. Cad. Saúde Pública [Internet]. 2019 [acesso em 5 jul 2020];35(2):e00009919. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2019000200101&lng=en